



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
Departamento de Direito Processual

DPC 0439 – Instituições Judiciárias

1º Semestre de 2024
Sextas-feiras, das 9:15h às 11h
Sala Brasília Machado

Professora responsável:

Profa. Dra. Susana Henriques da Costa

PROGRAMA DA DISCIPLINA

A disciplina será ministrada pela professora responsável, sendo realizados seminários obrigatórios para todos os alunos, na presença dos monitores de pós-graduação, tudo conforme cronograma abaixo:

1. CRONOGRAMA DE AULAS

DIA	ATIVIDADE	TEMA
01/03	Aula 1	Apresentação do Programa – Introdução
08/03	Aula 2	Poder Judiciário
15/03	Aula 3	Modelos Jurisdicionais
22/03	<i>Aula 4</i>	<i>Seminário 1</i>
29/03		Não haverá aula. Recesso Escolar (Paixão de Cristo)
05/04	Aula 5	Ministério Público
12/04	Aula 6	Advocacia
19/4	<i>Aula 7</i>	<i>Seminário 2</i>
26/04	Aula 9	Polícia
03/05	Aula 10	Defensoria Pública
10/05	<i>Aula 11</i>	<i>Seminário 3</i>
17/05	Aula 12	A crise do sistema de justiça
24/05	Aula 13	Diálogo entre instituições e acesso à justiça
31/05		Não haverá aula. Recesso Escolar (Corpus Christi)
07/06	<i>Aula 14</i>	<i>Seminário 4</i>

2. DINÂMICAS DAS AULAS E DOS SEMINÁRIOS

- A disciplina será ministrada pela professora responsável, por meio de aula expositiva e atividades de seminário, obrigatórias para todos os alunos, na presença dos monitores de pós-graduação, tudo conforme cronograma acima.
- As atividades consistirão em leitura prévia de textos selecionados e debate e resposta a questões sobre os temas do programa. O objetivo da atividade é que os alunos desenvolvam a capacidade crítica e analítica;
- Os textos integrais estarão disponíveis na plataforma Moodle e devem ser **previamente lidos** para debate em sala de aula;
- As **questões dos seminários** que precisarão ser debatidas e respondidas no momento da aplicação do seminário serão disponibilizadas no Moodle com **24h de antecedência**;
- A **presença** no seminário é indispensável para a correção e atribuição de nota.
 - No momento da aplicação do seminário, o/a monitor/a responsável já atribuirá nota 0 (zero) para aqueles que estiverem ausentes;
- As entregas devem ser feitas por **TODOS** os integrantes do grupo **até 20 minutos após o término da aula**, isto é, até às **11:20h** do mesmo dia da aplicação.

3. TEMAS E PROGRAMA DE SEMINÁRIOS

- Todo o material relativo aos seminários estará disponível no Moodle para consulta;

SEMINÁRIO 1 - O Poder Judiciário como instituição transformadora?

- **Data:** 22/03
- **Entrega:** 22/03, via Moodle, até **11:20h**
- **Referências obrigatórias:**
 - 1) HIRSCHL, Ran. O novo constitucionalismo e judicialização da política pura no mundo. *Revista de Direito Administrativo*, v. 215, 2009, p. 139 – 178. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/7533>.
 - 2) Mesa de Debate: *Sistema de Justiça e Desigualdades*. II Seminário de Pesquisa da FDRP: Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito. 2021.
 - Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5wW-MuypcNo>.
 - Transcrição da mesa disponível em: https://pedrojoaoeditores.com.br/2022/wp-content/uploads/2023/06/EBOOK_Acesso-a-justica-e-desigualdades.pdf, p. 21 - 71.

SEMINÁRIO 2 – Ministério Público

- **Data:** 19/04
- **Entrega:** 19/04, via Moodle, até **11:20h**
- **Referências obrigatórias:**
 - 1) ALMEIDA, Ananda Palazzin. *O Ministério Público como litigante habitual: uma atuação estratégica?* Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019, pp. 1-11; 37-59; 297-306; e 314-329.
 - 2) CARDOSO, Luciana Zaffalon Leme. *Uma espiral elitista de afirmação corporativa: blindagens e criminalizações a partir do imbricamento das disputas do Sistema de Justiça*

paulista com as disputas da política convencional. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2017, pp. 297 – 305; 306-329.

SEMINÁRIO 3 – Defensoria Pública

- **Data:** 10/05
- **Entrega:** 10/05, via Moodle, até **11:20h**
- **Referências obrigatórias:**
 - 1) LAURIS, Élida. O Sul Como Emergência: Mobilização Social do Direito e Experimentalismo Institucional do Acesso à Justiça em São Paulo. *Sortuz: Oñati Journal of Emergent Socio-Legal Studies*, v. 7, n. 1, 2015, p. 73 – 89. Disponível em: <http://opo.ijsj.net/index.php/sortuz/article/viewFile/564/709>.
 - 2) CONECTAS. *Tortura blindada*: Como as instituições do sistema de Justiça perpetuam a violência nas audiências de custódia. p. 29-31, 55-97, 99-118. Disponível em <https://www.conectas.org/publicacao/tortura-blindada/>.
- *Documentos anexos como materiais de apoio serão disponibilizados no juntamente com as perguntas do seminário.*

SEMINÁRIO 4 – Crise do sistema de justiça/Reformas processuais e seus reflexos institucionais

- **Data:** 07/06
- **Entrega:** 07/06, via Moodle, até **11:20h**
- **Referências obrigatórias:**
 - 1) GALANTER, Marc. *Por que quem tem sai na frente*: especulações sobre os limites da transformação no direito. Tradução e organização de Ana Carolina Chasin. São Paulo: FGV Direito SP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/aflc3f55-308b-45fb-884c-b172d56c8be5/content>
 - 2) ASPERTI, Maria Cecília de Araujo; SILVA, Paulo Eduardo Alves da; GABBAY, Daniela Monteiro; COSTA, Susana Henriques da. Por que “Quem Tem” Sai na Frente no Brasil? Revisitando as Especulações sobre os Jogadores Habituais e Jogadores Eventuais no Cenário da Litigância Brasileira. *RDU*, v. 16, n. 88, jul./ago., 2019, p. 11-33. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3503/pdf>.

4. AVALIAÇÃO

A avaliação será composta de 1 (uma) prova dissertativa, versando sobre a matéria das aulas e dos seminários, abrangendo aspectos teóricos e práticos. Distribuição da pontuação:

- 5 pontos prova
- 5 pontos seminário

5. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Ananda Palazzin. *O Ministério Público como litigante habitual*: uma atuação estratégica? Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-10072020-013604/publico/6853632_Dissertacao_Parcial.pdf.

ARANTES, Rogério Bastos. *Ministério Público e Política no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-29122022-163250/publico/2000_RogeroBastosArantes.pdf.

ARANTES, Rogério Bastos. *Ministério Público na fronteira entre a Justiça e a Política*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3923115/mod_resource/content/1/DES0119-A6-Arantes-MP.pdf.

ARANTES, Rogério Bastos.; MOREIRA, Thiago de M. Q. Democracia, instituições de controle e justiça sob a ótica do pluralismo estatal. *Opinião Pública*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 97-135, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/y9dCbmHBdT8QJTDZh563fFx/?format=pdf&lang=pt>.

CARDOSO, Luciana Zaffalon Leme. *Participação social: inovações democráticas no caso da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas da FGV, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/2e6ab784-2049-4703-a8a6-94b61f3ba55e>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Ações coletivas no Brasil: temas, atores e desafios da tutela coletiva*. Relatório Analítico Propositivo. Justiça Pesquisa: Direitos e Garantias Fundamentais, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/handle/123456789/290#:~:text=O%20objetivo%20desta%20pesquisa%20foi,e%20individuais%20homog%C3%AAs%20e%20para>.

CUNHA, Luciana Gross; LEMES, Maurício Buosi; FERRARO, Luíza Pavan. O desenho de Defensoria Pública no Brasil: disputas institucionais, atuação em políticas públicas e desafios no contexto da pandemia de Covid-19. *Suprema – Revista de Estudos Constitucionais*, v. 2, n. 2, jul./dez., 2022, p. 233 – 275. Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/170/85>.

DELCHIARO, Mariana Tonolli Chiavone. *O litigante ocasional hipossuficiente e os casos repetitivos*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-06052021-205459/publico/10237837_Dissertacao_Parcial.pdf.

ESTEVES, Diogo. et al. Pesquisa nacional da defensoria pública 2021. Brasília: DPU, 2021. E-book (147 p.). Disponível em: <https://pesquisanacionaldefensoria.com.br/download/pesquisa-nacional-da-defensoria-publica-2021-eBook.pdf>.

GALANTER, Marc. *Por que quem tem sai na frente: especulações sobre os limites da transformação no direito*. Tradução e organização de Ana Carolina Chasin. São Paulo: FGV Direito SP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/af1c3f55-308b-45fb-884c-b172d56c8be5/content>.

GALANTER, Marc. Acesso à justiça em um mundo de capacidade social em expansão. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, v. 2, n. 1, jan./jun., 2015, p. 37-49. Disponível em: <https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/6/12>.

GRINOVER, Ada Pellegrini. O controle das políticas públicas pelo poder judiciário. *Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito*, São Paulo, v. 7, n. 7, p. 9 – 37, 2010. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/RFD/article/viewFile/1964/1969>.

LAURIS, Élida. Acesso para quem precisa, justiça para quem luta, direito para quem conhece: dinâmicas de colonialidade e narra(altera-)tivas do acesso à justiça no Brasil e em Portugal. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/24297>.

MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. *A evolução institucional do ministério público brasileiro*. In SADEK, Maria Tereza (Org.). Uma introdução ao estudo da justiça [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 65-94. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/4w63s/pdf/sadek-9788579820328-06.pdf>.

MARINHO, Carolina Martins. *Justiciabilidade dos direitos sociais: análise de julgados do direito à educação sob o enfoque da capacidade institucional*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/article/viewFile/1964/1969>.

OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Apresentação. In OLIVEIRA, Vanessa Elias de. *Judicialização de políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019, p. 15-39.

RAMOS, Luciana de Oliveira; CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci de; SAMPAIO, Joelson Oliveira. Relatório ICJ Brasil 2021. São Paulo: FGV Direito SP, 2021. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/82935cd1-3393-4262-80a6-e8e39570caf7/content>.

RODRIGUES, Rayane Vieira; OLIVEIRA, Vanessa Elias. *Ministério Público, judicialização e atuação extrajudicial em saúde*. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 18, n. 3, 2022, p. 1-32. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/88400/83123>.

SADEK, Maria Tereza. *A crise do Judiciário vista pelos juízes: resultados de uma pesquisa quantitativa*. In SADEK, Maria Tereza (Org.). Uma introdução ao estudo da justiça [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <https://www2.cjf.jus.br/pergamumweb/vinculos/00003c/00003c93.pdf>.

SADEK, Maria Tereza. Judiciário: a institucionalização como poder. *Revista USP*, n. 134, 2022, p. 108 – 126. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/202374/186425>.